

Para uma releitura historiográfica sobre as categorias de trabalho rural do Piauí na segunda metade do século XIX

IVANA CAMPELO CABRAL*
JOHNY SANTANA DE ARAÚJO**

No Piauí Oitocentista predominava a atividade pastoril, associada à produção de gêneros alimentícios, assentadas na exploração intensiva do trabalho de livres e escravizados. A fazenda de criatório foi o núcleo base da produção econômica e espaço de sociabilidades da região sertaneja piauiense, concentrando os meios de produção e os trabalhadores em suas extensas léguas de terras, confirmando o caráter predominantemente rural desta sociedade.¹

A pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas foram às principais atividades econômicas desenvolvidas no Piauí, tais atividades possibilitaram a existência de várias categorias de trabalhadores. A sociedade rural foi marcada pela presença de sujeitos diferenciados em decorrência das funções que desempenhavam e a posição jurídico-social que ocupavam. Neste contexto destacam-se os sesmeiros, posseiros, arrendatários, criadores, vaqueiros, agregados ou moradores e escravizados, como os principais elementos formadores desta sociedade.² A tendência historiográfica dita tradicional se esforça na tentativa de negar ou minimizar a participação do elemento negro escravizado na sociedade e na economia pastoril

A escravidão nesta parte do país teria sido segundo estes autores, um aspecto negativo para o crescimento econômico, dificultando o desenvolvimento e a

* Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí/UFPI. Mestranda em História do Brasil-UFPI. Pesquisadora do núcleo IFARADÁ

** Graduado em História Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão (2001), graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2004), Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2005) Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2009). Professor da Universidade Federal do Piauí.

¹ LIMA, Solimar Oliveira. *Agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris do Piauí: aspectos da produção para o mercado externo.*- In- Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10, nº 20, julho-agosto/ 2009.

²Ver: BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII.* Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; MOTT, Luiz R. B. *O Piauí colonial: população, economia e sociedade.* Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985;LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871).* Passo Fundo: UPF, 2005

modernização. Segundo Porto, "A abolição da escravatura não teve ressonância no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda." (PORTO, 1975: 66). Levando em consideração a idéia de que na zona pecuarista piauiense não existia a presença da mão-de-obra escravizada. Tal assertiva era creditada ao fato da atividade econômica desenvolvida não necessitar de muitos trabalhadores, além da inviabilidade da inserção do sistema escravista nesta região pela natureza do criatório extensivo. Com este argumento, sem muito embasamento documental, esta afirmação foi largamente difundida.³

No entanto, os avanços proporcionados pelas produções historiográficas recentes a cerca do trabalho escravizado induz as seguintes conclusões: o trabalho escravizado foi à mão-de-obra predominante nas fazendas de criatório, no entanto não foi exclusiva, e que ainda nas fazendas pecuaristas do Piauí não havia diferenciação de tarefas entre livres e escravizados.

A propriedade das terras era, em sua maioria, dos sesmeiros, categoria possuidora de bens na região sertaneja e em áreas do litoral açucareiro. Esses grandes proprietários raramente se fixaram nas terras adquiridas no sertão. Para empreender o povoamento e a produção passaram a conceder terras a arrendatários, homens livres brancos de poucas posses que pagavam em geral "de dez mil réis de renda por cada sítio em cada ano." (PEREIRA DA COSTA, 1974: 113). Arrendatários são desta forma percebidos como senhores, uma vez que são responsáveis pelas terras e pela produção nas fazendas, e formaram a classe senhorial local, embora não fossem os verdadeiros donos. O vínculo entre arrendatário e proprietário se dava pela honra ao contrato firmado, e a dedicação em promover a ocupação e a lucratividade nas terras.

A prática de arrendamento de terras lançou as bases para o início dos conflitos entre sesmeiros e arrendatários ou posseiros. Os arrendatários passaram a reclamar as posses das terras onde trabalhavam. Argumentando que estas deveriam pertencer de direito a quem nelas habitasse e produzisse. A luta entre posseiros e sesmeiros, permeou grande parte da história rural piauiense. Essa disputa contara com a adesão dos sitiantes, também em sua maioria arrendatários, que buscavam de alguma forma fugir da exploração dos grandes senhores e promover uma distribuição das terras, estendendo a

³ CABRAL, Ivana C, *Trabalho Rural no Piauí Oitocentista: livres e escravizados nas fazendas pastoris escravistas*. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura plena em História. Universidade Federal do Piauí. 2010.

estes o domínio das terras que cultivavam e a maior utilização e habitação dos imensos territórios abandonados.⁴ A ameaça proporcionada pelos posseiros faz com que muitos sesmeiros passem a ocupar suas terras, habitando seus domínios. O número de fazendas com os donos residindo fora da província diminuiu na medida em que se expande a ocupação.⁵

No início do devassamento os proprietários residentes nas fazendas, arrendatários e criadores, não raramente participavam da lida com o gado como os vaqueiros nos campos e currais; bem como nas atividades agrícolas.

Os fazendeiros ou arrendatários do Piauí tinham características peculiares a estrutura agrária desta província. Moravam em suas fazendas, chamadas roças, residindo em casas simples, sem luxo, convivendo no cotidiano com as outras categorias sociais do mundo rural; participavam de todas as atividades da fazenda, no plantio de mandioca, da melancia, do milho, do feijão, da macaxeira e outras culturas. (DIAS, 1996: 104)

A presença destes proprietários ao lado dos trabalhadores livres e escravizados contribuía sobremaneira para a fiscalização da produção e do conjunto dos trabalhadores. Contudo, a relação entre proprietários e trabalhadores em regra era mediada por criadores ou vaqueiros. O criador também era um produtor, no entanto não tinha a posse das terras, sua fixação estava vinculada ao critério de “confiança” ou “parentesco” com o proprietário. (LIMA, 2010: 114) O sistema estabelecido entre criador e proprietário era o de parceria, cabendo ao criador a administração da fazenda e dos bens da mesma. Na ausência dos proprietários o criador o representava, mas diferentemente do arrendatário, o criador era apenas um trabalhador da fazenda. Desde o processo de fixação das fazendas de gado no Piauí, a presença de um administrador responsável pelo controle e fiscalização das fazendas parece ter sido uma prática freqüente, como observou o viajante Gardner em sua passagem por estas terras, denominando esta categoria como “camaradas”.

⁴Ver: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1966; BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

⁵Ver: MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1985, p. 98 e 99.

Algumas destas fazendas ou quase todas tem mais de um homem a que se chamada de camarada, que serve para vigiar o vaqueiro si cumpre as suas obrigações [...]; neste caso é o lucro pela oitava, porque de oito crias é uma para o vaqueiro, e outra para o camarada, nada mais se costuma dar a estes homens (GARDENER, 1942: 58)

O lucro obtido pelos criadores e vaqueiros dependia diretamente da capacidade de reprodução nas fazendas, quanto maior o rebanho, logo maior seria o lucro gerado pelo sistema de quarta. Assim as pequenas propriedades, com reduzida capacidade de reprodução não eram muito atraentes aos trabalhadores. Em 1812, o criador Antônio Rabelo Pinto escreveu ao Governador da Capitania entregando o cargo. Segundo Antônio:

A fim de lucrar meios para sua subsistência aceitara o lugar de criador na fazenda da Gameleira do Real Fisco da Inspeção Nazaré, com o intuito de perceber o quarto do gado que criasse na forma do costume, e tendo passado na obrigação daquela fazenda há um ano, calculara agora o pouco lucro; e pois assim quer desistir daquela ocupação.⁶

A ocupação de criador era disputada por muitos pretendentes que migravam de outras regiões para o sertão pecuarista com o desejo de se tornarem proprietários através da rápida acumulação de riquezas com o trabalho de vaquerice. Essa ideologia era propagada principalmente nas áreas litorâneas, criando um mito de ascensão social com pouco trabalho nesta região.⁷ A tão sonhada mobilidade social na região pecuarista, na realidade era bastante restrita ou quase inexistente. O vaqueiro preposto era o único elemento desta sociedade que em longo prazo e em raras exceções conseguia juntar algumas riquezas em cabeças de gado e algum pedaço de terras, pois o pouco que conseguia ganhar com o sistema de quarta em muitos casos estava comprometido em seu próprio sustento e de sua família.

A categoria vaqueiro era uma das categorias mais heterogêneas da sociedade pecuarista. Figura marcada por grande simbologia na região pastoril, o vaqueiro se transfigurou para a historiografia e para a memória da população como o elemento

⁶ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1804-1854.

⁷Ver: Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.LXII, 1 e 2 sem, 1900, p. 88.

identificador da economia pecuarista do sertão e também uma referencia de liberdade nessa região, levando em consideração sua vida livre pelos campos e a tão almejada ascensão social que lhes era possível pelo menos hipoteticamente, a partir do sistema de quarta [a cada quatro reses que nasciam na fazenda uma pertencia ao vaqueiro].

A denominação vaqueiro diz respeito a lida com o gado. Contudo, observa-se que não se limitava a esta tarefa, incorporando também o sistema de administração da propriedade e controle dos trabalhadores. Os vaqueiros poderiam ser desta forma, segundo Solimar Lima, dividido em duas categorias, “vaqueiro preposto” e “vaqueiro trabalhador”. (LIMA, 2010: 116). O vaqueiro preposto, homem livre pobre, branco ou mestiço, escolhido pelo proprietário, com o qual mantinha laços mais próximos de convivência, era tido como um “homem de confiança”, em alguns casos, parente do proprietário.⁸

O preposto era responsável pela administração das fazendas e muitas vezes apresentado como o proprietário ou criador. Também era um trabalhador da fazenda, mas por ocupar um cargo de confiança e receber o pagamento no sistema de quarta, gozava de certo prestígio social e era tido como uma autoridade por ser responsável por grandes quantidades de terras e responder pelo proprietário.

O vaqueiro trabalhador contempla os que lidavam diariamente com os rebanhos, estes eram considerados trabalhadores “desqualificados” e de “péssimos costumes”. Seus serviços não exigiam muitas habilidades, podendo ser facilmente substituídos. Compunha esta categoria homens livres pobres, escravizados e libertos. Durante os séculos XVIII e XIX, encontrava-se dentro das fazendas uma espécie de hierarquização, ou distinção entre os vaqueiros trabalhadores. O vaqueiro “cabeça-de-campo” era responsável pela identificação dos rebanhos nos campos “e o modo por que devem ser pegados”.⁹ Este vaqueiro era acompanhado pelos vaqueiros “guias, tangedores e peadores”. Os guias e tangedores auxiliavam nos deslocamentos das boiadas evitando que as reses se desgarrassem pelas matas. Dentro das “cercanias” das fazendas muitas crianças se dedicavam a esta tarefa. Os peadores prendiam as patas dos animais com peias, uma espécie de algema feita com cordas ou couro, deixando os animais com dificuldade de locomoção. (FALCI, 1995: 203-204)

⁸ APEP. Registro de Ordens do Tesouro Nacional. 1863-1875, código 097.

⁹ APEP. Tesouraria de Fazenda. 1841-1846, código 494.

Os vaqueiros trabalhadores eram também aqueles que exerciam ofícios especializados, como carpinteiros, seleiros, ferreiros, oleiros e pedreiros, sendo em sua maioria escravizados.¹⁰ Estas tarefas não eram tidas como prioridade nas fazendas. Seu exercício se dava quando surgia a necessidade de reposição e consertos, especialmente de instrumentos e ferramentas utilizadas na agricultura e lida com o gado, ou nos casos de reforma e construção dos espaços da fazenda.¹¹ A necessidade é que demandava a produção nas tendas de ofícios, só em alguns casos os trabalhadores eram destinados exclusivamente para um único ofício, sendo responsável por todas as fases da produção, não lhes restava tempo para se dedicar a alguma outra. Estes trabalhadores específicos eram mais comuns nas fazendas nacionais e prestavam serviços para varias fazendas e seus produtos eram muitas vezes destinados a comercialização com outras fazendas particulares.

As ocupações dos vaqueiros nas fazendas estavam diretamente relacionadas à época do ano, pois as tarefas com o roçado, a lida com o gado, as farinhadas, as tropeadas e as moagens de cana, tinham suas épocas determinadas, seguindo o que se poderia chamar de um calendário rural das atividades no sertão. As viagens com as boiadas eram momentos em que os trabalhadores se ausentavam das fazendas, o que prejudicava em muito o andamento das atividades produtivas, eram também momentos de proximidade entre escravos e livres, que passavam dias e noites pelas matas tocando os rebanhos ate as feiras de arremate.

Os agregados ou moradores foram importantes personagens da sociedade e da economia rural piauiense. Podiam-se encontrar nesta categoria, trabalhadores livres libertos e ate mesmo escravizados. Alguns eram agregados a uma família e conviviam dentro de casa, outros se estabeleciam em um determinado lote de terras, com a permissão dos proprietários. Dedicavam-se ao cultivo das terras auxiliados por familiares ou mesmo trabalhadores, escravos e livres. Ocupavam-se da pecuária e da produção agrícola para o sustento de sua família e de seus trabalhadores, o excedente da produção destinava-se ao comercio com outras regiões, ou mesmo dentro da própria província.

¹⁰Ver: LIMA, Solimar Oliveira. *O trabalho especializado e o domestico nas fazendas pastoris escravistas do Piauí*. In: Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10, nº 21, setembro-outubro/ 2009.

¹¹Ver: LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.p, 100.

Esse elemento formava o grosso da população piauiense, e também da de Minas Gerais, de todo o Brasil de então, e vivia marginalizada, sem haveres, sem direitos, numa nova modalidade de escravidão, largados a sorte incerta. (NUNES, 1966: 242)

Esses agregados geralmente eram foragidos da justiça ou de seus senhores, quando escravizados, e buscavam apoio e proteção de grandes proprietários aos quais prestavam alguns favores pessoais até mesmo de segurança das fazendas. Outros eram trabalhadores livres que se deslocaram para esta região em busca de um lote de terras para trabalhar e conquistar melhores condições de vida. No entanto se defrontavam com uma realidade bem diferente, sendo assim obrigados a se submeterem a boa vontade de algum grande fazendeiro ao qual prestavam variados serviços.

Só raramente um dos chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, construía aqui e acolá, neste território, pequenas moradas ou quintas, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensáveis as grandes extensões para a criação do seu gado. (GARDENER, 1942: 216)

No ambiente das fazendas os diferentes trabalhadores, livres, libertos e cativos, partilhavam os mesmos espaços, chegando a estabelecer laços de convivência muito próximos. Essas intensas relações podiam ser percebidas nos momentos de festividade e de “labuta”. Nas ocasiões de festividade, batismos, casamentos, dias santos e farinhadas esses trabalhadores também estiveram juntos, dando origem a alguns conflitos os mais comuns ocasionados por bebedeiras, disputas de jogos e de mulheres.¹²

As farinhadas foram, salvo engano, um dos mais importantes espaços de sociabilidades entre os trabalhadores de uma ou mais fazendas. Em torno das “casa-de-forno” passavam o dia trabalhando; arrancando mandioca, descascando, serrando, lavando, peneirando, prensando e torrando a massa no forno. Homens e mulheres, livres e escravizados trabalhavam juntos nestas temporadas de produção,¹³ sendo comum ao anoitecer o momento de lazer e diversão. Também comum, nestas ocasiões,

¹² APEP. Palácio do Governo, Oeiras. 1814/1817.

¹³ Ver: LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.p. 76.

eram os conflitos que denotavam a fragilidade das relações estabelecidas entre os trabalhadores. Em regra, estes conflitos eram prontamente solucionados pela autoridade senhorial. A presença de grandes proprietários de terras e de gados em regiões distantes da autoridade judicial fazia com que estes próprios fazendeiros fossem respeitados e temidos. As suas presenças faziam-se leis e assumiam o papel de autoridades responsáveis pela ordem, ordem esta, diretamente ligada a atender seus diferentes interesses.

A economia pastoril na província do Piauí formada por diversas teias de relacionamentos entre os trabalhadores desta região possibilitou a formação de uma sociedade singular e de costumes baseados na pecuária. Pecuária esta que não pode ser compreendida como um sistema único em todas as regiões em que foi instalada, pois em cada região teve diferentes características determinadas por fatores que vão desde a vegetação, o clima, o relevo, a colonização do espaço e a própria destinação de seus lucros.

Um fator que se destaca é a relevante produção agrícola nas regiões pastoris do Piauí, o que aponta para uma nova perspectiva de análise baseada na comercialização. O caráter comercial também de gêneros alimentícios de primeira necessidade em consonância com a pecuária parece apontar para uma leitura mais complexa da economia colonial piauiense. O excedente de algumas lavouras parece ter representado assim como em algumas outras regiões do país um importante elemento de acumulação na economia piauiense, mesmo que os lucros não possam ser comparados com a lucratividade do gado. Esse excedente seria resultante do trabalho dos posseiros e agregados da província que se dedicam a agricultura para sobreviver e sustentar suas famílias. Os investimentos na produção agrária parecem resultar do momento econômico vivenciado durante os oitocentos, com a crise na pecuária e no açúcar, fazendo emergir a necessidade de diversificação do setor econômico.

A lida campeira e as tarefas complementares à produção pastoril demandaram, como em outros espaços produtivos do país, a incorporação do trabalho escravizado e sua subordinação às necessidades do processo produtivo. A sociedade rural piauiense teria sido marcada pela presença de trabalhadores livres, libertos e escravizados. Teriam esses trabalhadores convivido e trabalhado lado a lado nas fazendas de criatório. Cada categoria de trabalhadores desempenhava determinadas atividades produtivas e se

inseririam na sociedade de forma distinta. Em que pese um convívio próximo entre esses sujeitos, este era marcado por tensas relações.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CABRAL, Ivana Campelo; SOARES, Débora L. C. A Fazenda Pastoril Escravista Piauiense nas Falas dos Presidentes da Província: 1850 – 1888. In: LIMA, Solimar Oliveira (org) *Sertão Negro: escravidão e africanidades no Piauí*. Rio de Janeiro: Booklink, 2008.

CHAVES, Joaquim. *A escravidão no Piauí*. Teresina: Comepi, 1975.

CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

Dezcripção do certão do Peauhy Remetida ao Ilmo. e Rmo. Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco. In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1938.

DIAS, Claudete M. Miranda. *Balaio e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja* Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1ª Ed. 1996.

FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FORTES, Geraldo A. Borges. *Fazendas nacionais: evolução e decadência*. Teresina: Fundação Cepro, 1981.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942. P. 216.

LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. Sertão negro: escravidão e africanidades no Piauí / Solimar Oliveira Lima, organizador- Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2008.

_____. *Agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris do Piauí: aspectos da produção para o mercado externo*. - In- Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10 nº 20, julho-agosto/ 2009.

_____. *O trabalho especializado e o doméstico nas fazendas pastoris escravistas do Piauí*. In: Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10, nº 21, setembro-outubro/ 2009.

_____. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário, BRASIL, Maria do Carmo (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril o Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

_____. Fortunas do Gado. Fraudes e acumulação subtraída nas fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário et al (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril o Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, v. IIII.

Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí por José Martins Pereira D'Alencastre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t, XX, 1º trim., 1857, p. 69.

MOTT, Luiz R. B. *O Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 4.

_____. *O Piauí na História*. Teresina: Imprensa Oficial, 1975.

_____. *Os primeiros currais: geografia e história do Piauí seiscentista*. Teresina: Comepi, 1972.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974

Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.LXII, 1 e 2 sem, 1900, p. 75.

SANTANA, Raimundo Nonato. *Pecuaría no Piauí: estradas e caminhos, notas e comentários*. Teresina; Fundação CEPRO, 1974.